



CERTIDÃO Nº 22/2019

----- **JORGE FRÓIS COLAÇO, CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE DE PLANEAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA** -----

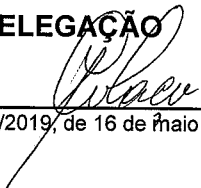
----- **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2018** -----

----- Certifico que na reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, realizada a catorze de junho de dois mil e dezanove foi deliberado, por unanimidade dos presentes (6 presenças): -----

----- Aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2018, e, nos termos, da alínea i) do nº 1 do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 76.º da Lei nº 73/2015 de 03 de Setembro (RFALEI), submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- Rio Maior, Serviço de apoio aos Órgãos Autárquicos, 28 de junho de dois mil e dezanove. -----

POR SUBDELEGAÇÃO


Despacho n.º 43/2019, de 16 de maio

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Praça da República, 2040-320 Rio Maior – Portugal
Tel.: 243 999 300 – Fax.: 243 992 236
Município de Rio Maior – NIF: 505 656 000





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

CERTIDÃO Nº 32/2019

----- ANTÓNIO MANUEL SILVA ARRIBANÇA, Dr., Presidente da Assembleia Municipal de Rio Maior -----

----- Certifico que a Assembleia Municipal de Rio Maior, reunida ordinariamente no dia vinte e dois de junho de dois mil e dezanove, apreciou e **aprovou por maioria** de vinte e oito votos a favor e duas abstenções (30 presenças), os documentos de Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2018. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade dos presentes (29 presenças). -----

----- Rio Maior, Secretaria da Assembleia Municipal, 24 de junho de 2019. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

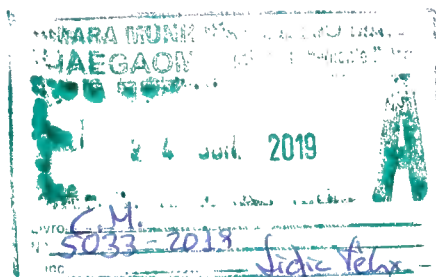
(António Manuel Silva Arribança, Dr.)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Praça da República . 2040-320 Rio Maior – Portugal
Tel.: 243 999 300 – Fax.: 243 992 236
Município de Rio Maior – NIF: 505 656 000



cc/AM



**Exmº Sr. Presidente do
Município de Rio Maior
Dra. Isaura Morais
Praça da República
2040 320 Rio Maior**

Entroncamento, 21 de Junho de 2019

Exmº Senhor:

Pela presente, somos a remeter a V. Exa Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Revisor de Contas referentes ao exercício de 2018.

Sem outro assunto subscrevemo-nos com consideração

Melhores Cumprimentos


Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.
A Gerência

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Rio Maior, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 98.917 milhares de euros e um total de fundos próprios de 56.060 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 2.430 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Rio Maior em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

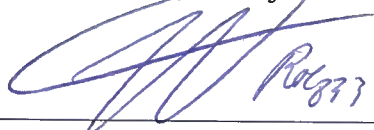
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 14 de junho de 2019



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

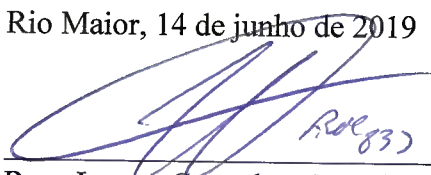
1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Rio Maior o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Rio Maior**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas Consolidada, que não inclui nem reservas nem ênfases, e que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a atividade do Município, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:
 - a) A Assembleia Municipal aprecie e vote favoravelmente as contas consolidadas do Município referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Finalmente os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções

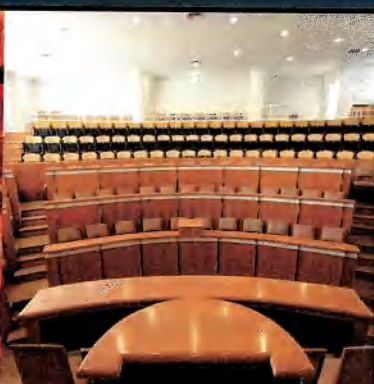
Rio Maior, 14 de junho de 2019



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)



**Rio
Maior**
CÂMARA MUNICIPAL



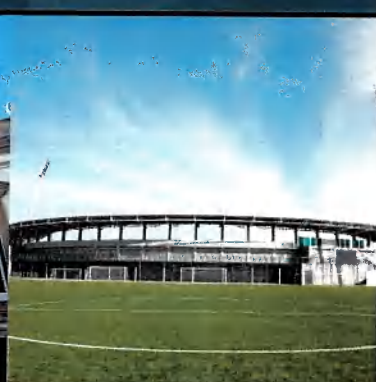
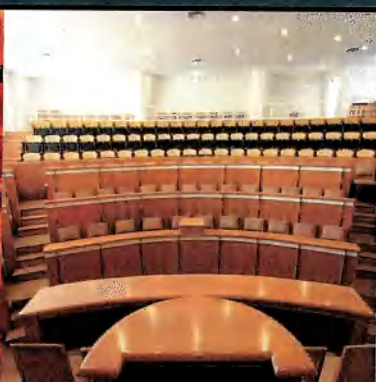
2018

DOCUMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS



Rio Maior

CÂMARA MUNICIPAL



Índice

- 01- Balanço consolidado em 31/12/2018
- 04 - Demonstração de resultados consolidada em 31/12/2018
- 05 - Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais em 31/12/2018
- 09 - Anexos às demonstrações financeiras consolidadas
- 09 - Caracterização da entidade consolidante
- 10 - Definição do perímetro de consolidação
- 12 - Caracterização das entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação
- 15 - Caracterização das entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação
- 19 - Comparabilidade das demonstrações financeiras
- 19 - Situações em que o resultado do exercício foi afectado
- 19 - Situações em que ocorreu o afastamento da aplicação das normas de consolidação
- 20 - Alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação
- 20 - Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação
- 22 - Discriminação da rubrica diferenças de consolidação
- 23 - Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adoptado o princípio da consistência na consolidação
- 23 - Descrição de acontecimentos importantes e/ou relevantes relacionados com as entidades incluídas no perímetro de consolidação
- 23 - Métodos de contabilização utilizados pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação
- 23 - Informações relativas ao endividamento consolidado de médio e longo prazo e dívida bruta consolidada
- 25 - Informações sobre saldos e fluxos financeiros
- 26 - Critérios valorimétricos aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras
- 28 - Informações relativas a determinadas rubricas



BALANÇO CONSOLIDADO EM 31/12/2018

(art.º 75º, n.º7, alínea a) da Lei n.º73/2013 – RFALEI)

Código das Contas POCA	ATIVO	Exercícios			
		2018			2017
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	100 951,00	0,00	100 951,00	100 951,00
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras Construções e infra-estruturas	30 385 947,03	14 702 397,50	15 683 549,53	16 506 997,37
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	65 749,29	33 879,81	31 869,48	35 408,64
445	Imobilizações em curso	300 007,96	0,00	300 007,96	292 352,50
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		30 852 655,28	14 736 277,31	16 116 377,97	16 935 709,51
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	275 257,37	245 642,01	29 615,36	7 534,89
433	Propriedade industrial e outros direitos	272 118,25	193 892,51	78 225,74	79 397,29
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	801 289,80
449	Adiantam. por conta de Imobilizações incorp.	813 589,80	0,00	813 589,80	0,00
		1360 965,42	439 534,52	921 430,90	888 221,98
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	20 168 113,31	0,00	20 168 113,31	20 161 196,08
422	Edifícios e outras construções	58 357 387,83	14 593 695,30	43 763 692,53	43 843 202,07
423	Equipamento básico	6 833 095,43	4 023 349,45	2 809 745,98	2 497 180,11
424	Equipamento de transporte	1428 370,24	862 857,20	565 513,04	530 227,28
425	Ferramentas e utensílios	36 415,55	24 746,69	11 668,86	6 464,59
426	Equipamento administrativo	1 173 913,62	895 584,82	278 328,80	185 036,40
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	466 864,75	145 059,92	321 804,83	92 670,07
442	Imobilizações em curso	271 525,60	0,00	271 525,60	319 479,83
448	Adiantamentos por conta de Imobilizações corpóreas	290 437,21	0,00	290 437,21	290 437,21
		89 026 123,54	20 545 293,38	68 480 830,16	67 925 893,64
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	819 066,87	0,00	819 066,87	838 536,36
412	Obrigações e títulos de participação	451 525,50	0,00	451 525,50	702 374,45
414	Investimentos em imóveis	2 312 266,57	0,00	2 312 266,57	2 312 266,57
415	Outras aplicações financeiras	7 740,37	0,00	7 740,37	5 741,96
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		3 590 599,31	0,00	3 590 599,31	3 858 919,34
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	78 769,10	0,00	78 769,10	78 336,10
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	2 258,50	0,00	2 258,50	2 340,65
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		81 027,60	0,00	81 027,60	80 676,75

Contas Consolidadas 2018



Rio Major
CÂMARA MUNICIPAL

Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2018			2017
		AB	AP	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	54 775,14	0,00	54 775,14	54 775,14
211	Clientes, c/c	291349,35	18 255,17	273 094,18	475 791,56
212	Contribuintes, c/c / Clientes títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
213	Utentes, c/c	210 847,78	0,00	210 847,78	142 375,41
218	Clientes, contrib. e utentes de cobr. Duvidosa	243 821,86	243 821,86	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	30 138,01	0,00	30 138,01	68 011,37
264	Administração Autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+	Outros devedores	1240 610,38	0,00	1240 610,38	728 288,61
267+268		0,00	0,00	0,00	0,00
		2 071 542,52	262 077,03	1809 465,49	1469 242,09
	Títulos Negociáveis				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	2 486 349,82	0,00	2 486 349,82	2 625 811,38
11	Caixa	7 866,53	0,00	7 866,53	8 459,65
		2 494 216,35	0,00	2 494 216,35	2 634 271,03
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	5 375 163,65	0,00	5 375 163,65	5 604 473,94
272	Custos diferidos	48 244,98	0,00	48 244,98	32 379,21
		5 423 408,63	0,00	5 423 408,63	5 636 853,15
	Total de amortizações		35 721 105,21		
	Total de provisões		262 077,03		
	Total do ativo	134 900 538,65	35 983 182,24	98 917 356,41	99 429 787,49

Contas Consolidadas 2018

Código das Contas POBAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2018	2017
	Fundos próprios		
51	Património	51 977 780,66	48 081 327,45
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	40 643,12	48 565,48
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas		
571	Reservas legais	1 015 374,88	801 877,46
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	161 356,27	170 629,49
575	Subsídios	297 880,31	297 880,31
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultados transitados	192 537,08	191 571,48
50	Diferenças de consolidação	-55 976,61	-53 946,89
88	Resultado líquido do exercício	2 430 130,97	4 155 615,04
		56 059 726,68	53 693 519,82
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	520 741,13	520 741,13
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	7 033 269,63	8 738 363,38
268	Outros Credores	25 084,75	301 018,45
		7 579 095,51	9 560 122,96
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	149 604,84	171 964,71
228	Fornecedores - facturas em recepção e conferência	457 069,29	481 905,12
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções	35 803,77	35 858,77
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	48 517,73	55 256,80
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	125 900,37	40 109,66
2612	Fornecedores de imobilizado-tit. a pagar	0,00	0,00
2613	Fornecedores de imobilizado - leasing	132 589,62	204 197,40
24	Estado e outros entes públicos	169 671,90	87 675,76
264	Administração Autárquica	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros Credores	256 366,66	584 459,74
		1 375 524,18	1 661 427,96
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	2 105 935,73	2 048 983,98
274	Proveitos diferidos	31 797 074,31	32 465 732,77
		33 903 010,04	34 514 716,75
	Total dos fundos próprios e do passivo	98 917 356,41	99 429 787,49



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA EM 31/12/2018

(art.º 75º, n.º7, alínea b) da Lei n.º 73/2013 – RFALEI)

Código das Contas POCAL	Designação	Exercícios			
		2018		2017	
61	C. das mercadorias vendidas e das mat. consumidas:				
	Mercadorias	9 649,83		16 368,80	
	Matérias	230 482,66		208 858,54	
62	Fornecimentos e serviços externos	7 159 524,35		6 806 076,29	
64	Despesas com pessoal	7 368 585,98		7 055 423,58	
63	Transf. correntes concedidas	617 836,82		541 746,49	
66	Amortizações do exercício	3 082 636,72		2 965 598,24	
67	Provisões do exercício	615 33,27		426 403,22	
65	Outros custos e perdas operacionais	190 465,20		159 207,36	
	(A)	100	18 720 714,83		18 179 682,52
68	Custos e perdas financeiras		90 824,02	99 766,60	99 766,60
	(C)		18 811 538,85		18 279 449,12
69	Custos e perdas extraordinárias		662 623,33	571 185,68	571 185,68
	(E)		19 474 162,18		18 850 634,80
86	Imposto sobre rendimento		-3 622,51		994,81
	(G)		19 470 539,67		18 851 629,61
887	Resultado líquido interesses minoritários		-5 496,13		-2 265,97
	(H)		19 476 035,80		18 853 895,58
88	Resultado líquido do exercício		2 430 130,97		4 155 615,04
			21 906 166,77		23 009 510,62
	Proveitos e Ganhos				
71	Vendas e prestações de serviços	4 893 831,21		4 208 743,07	
72	Impostos e taxas	4 571 496,34		5 358 279,65	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	32 792,30		29 179,74	
74	Transferências e subsídios obtidos	9 413 209,11		9 605 491,91	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00		0,00	
77	Reversões de Amortizações e Ajustamentos	2 389,24		0,00	
	(B)		18 913 718,20		19 201 694,37
78	Proveitos e ganhos financeiros		1437 043,54	1439 337,72	1460 516,18
	(D)		20 350 761,74		20 662 210,55
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1555 405,03	2 148 326,17	2 347 300,07
	(F)		21 906 166,77		23 009 510,62

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A);	193 003,37	1022 011,85
Resultados financeiros: (D)-(C-A);	1346 219,52	1360 749,58
Resultados correntes: (D)-(C);	1539 222,89	2 382 761,43
Resultados líquido do exercício: (F)-(H);	2 430 130,97	4 155 615,04



**MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS EM
31/12/2018**

(art.º 75º, n.º7, alínea c) da Lei n.º 73/2013 – RFALEI)

Fluxos de Caixa Consolidados ano 2018			
Designação	Fluxos iniciais	Operações internas	Fluxos Consolid.
Saldo Inicial	2 542 233,16		2 542 233,16
Execução Orçamental	2 405 133,61		2 405 133,61
Operações de Tesouraria	137 099,55		137 099,55
Operações de Capital			
<i>Receitas de Capital</i>			
Venda Bens de Investimento	4 305,00		4 305,00
TRF de Capital	999 929,51		999 929,51
Ativos Financeiros	0,00		0,00
Passivos Financeiro	0,00		0,00
Outros	1 837,40		1 837,40
Total Receitas Capital	1 006 071,91		1 006 071,91
<i>Despesas Capital</i>			
Aquisições de Bens de Capital	2 982 247,00		2 982 247,00
TRF Capital	372 359,18		372 359,18
Ativos Financeiros	75 254,25		75 254,25
Passivos Financeiros	1 705 688,05		1 705 688,05
Outros	0,00		0,00
Total Despesas Capital	5 135 548,48		5 135 548,48
Fluxo de Operações de Capital	-4 129 476,57		-4 129 476,57
Operações Correntes			
<i>Receitas Correntes</i>			
Impostos	5 111 025,06		5 111 025,06
Taxas, Multas e Out. Penalidades	180 356,10		180 356,10
Rendimentos de Propriedade	1 381 283,07		1 381 283,07
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	5 104 100,32	299 038,83	4 805 061,49
TRF Correntes	7 484 745,49		7 484 745,49
Contrato Programa e Protocolos	644 530,00	644 530,00	0,00
Empréstimos C/P	0,00		0,00
Outros	892 955,53		892 955,53
Total Receitas Correntes	20 798 995,56	943 568,83	19 855 426,73
<i>Despesas Correntes</i>			
Despesas c/ Pessoal	7 223 462,95		7 223 462,95
Aquisição de Bens e Serviços	7 995 143,45	299 038,83	7 696 104,62
Custo Mat. Cons. Merc. Venda	0,00		0,00
Juros e Outros Encargos	48 292,13		48 292,13
TRF Correntes e Subsídios atribuídos	1 430 731,06	644 530,00	786 201,06
TRF Equil. Financeiro	0,00		0,00
Outros	92 599,32	0,00	92 599,32
Total Despesas Correntes	16 790 228,91	943 568,83	15 846 660,08
Fluxo de Operações Correntes	4 008 766,65	0,00	4 008 766,65
Operações de Tesouraria			
Recebimentos	1 084 359,47		1 084 359,47
Pagamentos	1 043 873,44		1 043 873,44
Fluxo de Operações Tesouraria	40 486,03	0,00	40 486,03
Saldo Final	2 462 009,28		2 462 009,28
Execução Orçamental	2 284 423,70		2 284 423,70
Operações de Tesouraria	177 585,58		177 585,58
Fluxo total do Período	-80 223,88		-80 223,88

Contas Consolidadas 2018



Rio Maior
CÂMARA MUNICIPAL

Fluxos de Caixa Consolidados ano 2017

Designação	Fluxos iniciais	Operações internas	Fluxos Consolid.
Saldo Inicial	1 226 928,88		1 226 928,88
Execução Orçamental	1 018 186,96		1 018 186,96
Operações de Tesouraria	208 741,92		208 741,92
Operações de Capital			
<i>Receitas de Capital</i>			
Venda Bens de Investimento	0,00		0,00
TRF de Capital	2 478 692,60		2 478 692,60
Ativos Financeiros	0,00		0,00
Passivos Financeiro	13 188,49		
Outros	21 902,09		21 902,09
Total Receitas Capital	2 513 783,18	0,00	2 513 783,18
<i>Despesas Capital</i>			
Aquisições de Bens de Capital	3 844 021,40		3 844 021,40
TRF Capital	306 673,00		306 673,00
Ativos Financeiros	100 339,00		100 339,00
Passivos Financeiros	2 064 488,15		2 064 488,15
Outros	0,00		0,00
Total Despesas Capital	6 315 521,55	0,00	6 315 521,55
Fluxo de Operações de Capital	-3 801 738,37	0,00	-3 801 738,37
Operações Correntes			
<i>Receitas Correntes</i>			
Impostos	4 746 034,39		4 746 034,39
Taxas, Multas e Out. Penalidades	733 731,71		733 731,71
Rendimentos de Propriedade	1 407 352,61		1 407 352,61
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	4 352 729,30	272 883,44	4 079 845,86
TRF Correntes	7 280 289,35		7 280 289,35
Contrato Programa e Protocolos	644 530,00	644 530,00	0,00
Empréstimos C/P	0,00		0,00
Outros	1 638 462,57	19 640,98	1 618 821,59
Total Receitas Correntes	20 803 129,93	937 054,42	19 866 075,51
<i>Despesas Correntes</i>			
Despesas c/ Pessoal	6 999 076,61	0,00	6 999 076,61
Aquisição de Bens e Serviços	7 134 755,45	272 883,44	6 861 872,01
Custo Mat. Cons. Merc. Venda	0,00		0,00
Juros e Outros Encargos	53 974,36		53 974,36
TRF Correntes e Subsídios atribuídos	1 363 603,08	644 530,00	719 073,08
TRF Equil. Financeiro	0,00		0,00
Outros	238 322,56	19 640,98	218 681,58
Total Despesas Correntes	15 789 732,07	937 054,42	14 852 677,65
Fluxo de Operações Correntes	5 013 397,86	0,00	5 013 397,86
Operações de Tesouraria			
Recebimentos	1 068 227,95		1 068 227,95
Pagamentos	1 139 870,32		1 139 870,32
Fluxo de Operações Tesouraria	-71 642,37	0,00	-71 642,37
Saldo Final	2 366 945,99		2 366 945,99
Execução Orçamental	2 229 846,44	0,00	2 229 846,44
Operações de Tesouraria	137 099,55	0,00	137 099,55
Fluxo total do Período	1 140 017,12		1 140 017,12



NOTAS AO MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

O Mapa dos Fluxos de Caixa preparado pela EPRM – Escola Profissional de Rio Maior, EM, Lda e da DESMOR – Empresa Pública Municipal de Gestão desportiva de Rio Maior, E.M., S.A., não segue os mesmos princípios (operações orçamentais e operações de tesouraria) dos seguidos pelo Município de Rio Maior, pois seguem uma ótica de caixa, fruto de possuírem referenciais contabilísticos diferentes (SNC e POCAL).

Sendo assim, procurou-se englobar os valores constantes nos fluxos de caixa das participadas, nas rubricas que aparentam ser mais adequadas, tendo em conta a estrutura dos fluxos de caixa apresentada pelo Município, no entanto, o facto de ter origem em princípios diferentes, não permite garantir a total compatibilidade entre os mesmos, pelo que os presentes fluxos de caixa consolidados deverão ser analisados com as devidas reservas, revestindo mais um carácter informativo.

Importa ainda referir que, a construção da Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada, foi feita nos seguintes termos:

- Montantes do Município de Rio Maior: considerados na totalidade (100%);
- Montantes da DESMOR – Empresa Pública Municipal de Gestão desportiva de Rio Maior, E.M., S.A.: considerados com base na participação (100%);
- Montantes da EPRM – Escola Profissional de Rio Maior, EM, Lda.: considerados com base na participação (80%);
- Montantes de anulação das operações entre o Município e a DESMOR: considerados na totalidade (100%);
- Montantes de anulação das operações entre o Município e a EPRM: considerados na quota-parte (80%).

Os valores considerados nas anulações das operações internas, no Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados, foram os indicados no ponto 15, no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, mais concretamente nas colunas “Pagamentos” e “Recebimentos”.



No quadro seguinte, estão reunidos os três grandes agregados do Balanço (Ativo, Passivo e Fundos Próprios) e os Resultados Líquidos de 2018 das quatro entidades, bem como os respetivos valores consolidados:

	Ativo Líquido	Passivo	Fundos Próprios	Resultado Líquido do Exercício
Município	98 106 020,31	42 126 496,39	55 979 523,92	2 394 336,86
Desmor	1 044 250,32	467 325,10	576 925,22	1 934,81
E.P.R.M.	998 466,70	163 133,66	835 333,04	27 480,65
Consolidado	98 917 356,41	42 857 629,73	56 059 726,68	2 430 130,97

Uma conclusão que se pode extrair é que as contas consolidadas permanecem próximas dos valores das contas do Município, ou seja, isto significa que o peso relativo das contas da DESMOR, EM, SA e da E.P.R.M, Lda., EM é reduzido no universo das contas do Município, não as afetando de modo significativo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(art.º 75º, n.º7, alínea d) da Lei n.º 73/2013 – RFALEI)

1- CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE CONSOLIDANTE

Município de Rio Maior

Praça da República

2040-320 Rio Maior

Composição do Órgão Executivo de 01/01/2018 a 31/12/2018

Presidente:

Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes (01/01/2018 a 31/12/2018)

Vereadores em regime de permanência:

João António Lopes Cadoso (01/01/2018 a 31/12/2018)

Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo (01/01/2018 a 28/08/2018)

Luis Filipe Santana Dias (01/01/2018 a 31/12/2018)

Miguel Filipe da Silva Santos (01/10/2018 a 31/12/2018)

Restantes vereadores:

Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo (29/08/2018 a 31/12/2018)

Daniel Alexandre Pulquério Pinto (01/01/2018 a 31/12/2018)

João Teodoro Miguel (01/01/2018 a 28/09/2018)

Miguel Filipe da Silva Santos (01/01/2018 a 30/09/2018)

Vera Alexandra da Costa Simões (09/03/2018, 20/04/2018, 10/08/2018 e 12/10/2018 a 31/12/2018)

Nuno Manuel Queirós P. de Magalhães (13/04/2018, 27/07/2018 e 17/09/2018)

Ana Carla Pimenta Soares V. Ferreira (13/04/2018 e 12/10/2018)

Composição do Órgão Deliberativo de 01/01/2018 a 31/12/2018

Presidente: António Manuel da Silva Arribança

1º Secretário: Carlos Jorge Coelho Neto

2º Secretário: Maria Eugénia de Jesus Reis

O órgão deliberativo é composto por 21 deputados e 10 presidentes de junta, num total de 31 membros.

Órgão de fiscalização:

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda. (SROC nº 116)

Sistema aplicável de contabilidade:

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

Data de referência da prestação de contas:

31 De dezembro de 2018

Estado das contas individuais do exercício:

Foram aprovadas em reunião de Câmara no dia 18 de abril de 2019 e apreciadas pelo órgão deliberativo em 27 de abril 2019;

Tipo de entidade:

Município

Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, repartido por categorias:

Vinculo	2017	2018
Pessoal com relação jurídica por tempo indeterminado	293	280
Pessoal - outras situações	99	24
Total	392	304

2- DEFINIÇÃO DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Por força do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) o Município de Rio Maior apresenta contas consolidadas desde o ano de 2007, mas considerando inicialmente apenas no perímetro de consolidação a empresa municipal Desmor, EM, SA, cuja participação do Município no capital social da mesma é de 100%.



Atualmente, nos termos do nº 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro (RFALEI) o Município continua a ser a entidade mãe ou entidade consolidante e o perímetro de consolidação, deve ser apurado com base nos critérios estipulados no artigo 75.º da Lei referida em epígrafe, nomeadamente no n.º 4 e 5, que refere *“a existência ou presunção de controlo, por parte das entidades referidas no n.º 1 (entidades consolidantes) relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos pressupostos previstos nos mesmos nºs 4 e 5”*, e assim deste modo considera-se para além da DESMOR, EM também a E.P.R.M., LDA, E.M

Por outro lado, sempre que se trata de entidades elencadas no nº 6 do mesmo artigo, isto é, entidades que integrem o sector empresarial local nos termos do artigo 7º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, o pressuposto no parágrafo anterior é irrelevante, pois estas entidades são sempre consolidadas na proporção da participação que o Município detém, e independentemente dessa percentagem de participação.

Nos termos do n.º8 do artigo 75º do RFALEI, *“os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos Municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do sector público administrativo”*.

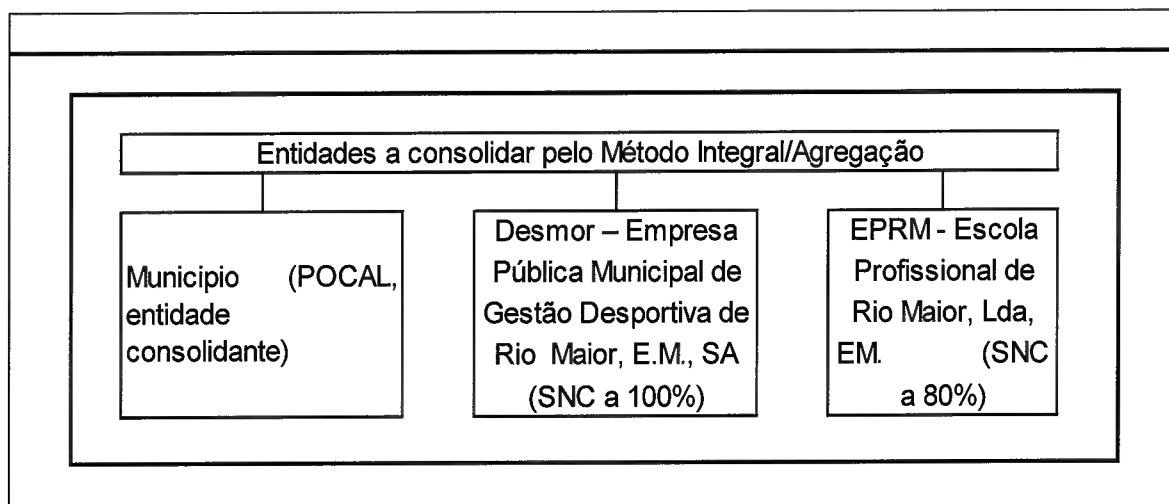
Na consolidação apresentada o Município respeitou o estipulado na Orientação n.º 1/2010 intitulada *“Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”* aprovada pela Portaria 474/2010 de 01 de Julho.

Assim, em consonância com o preceituado nos normativos anteriores, a consolidação a realizar é entre as contas do Município, e:

- As contas da DESMOR, E.M., SA, detida pelo Município a 100%;
- As contas da E.P.R.M., LDA, E.M. detida pelo Município em 80%;

De acordo com a Lei n.º 50-/2012 de 31 de agosto, estas entidades integram o Sector Empresarial Local.

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR



FORA DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO:

Águas do Tejo Atlântico, S.A. (0,16%)

Águas do Vale do Tejo, S.A. (0,56%)

Depomor – Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, S.A (26,40%)

Na caracterização de cada uma das entidades pode ser consultada a razão da inclusão/exclusão de cada uma delas.

3- CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

DESMOR – Empresa Pública Municipal de Gestão Desportiva de Rio Maior, E.M., SA

Centro de Estágios e Formação Desportiva

Largo Pá Ribeira - Rio Maior

NIF: 504748114

Composição dos Órgãos Sociais a 31/12/2018

1. Assembleia Geral

Presidente: Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais

Vice-Presidente: Eduardo do Rosário Agostinho

Secretário: José Manuel Baptista Oliveira

2. Conselho de Administração

Presidente: Diva Fabiana Constantino Cobra

Vogal: João António Lopes Cadoso

3. Fiscal Único

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, SROC, Representada pelo Dr. João Manuel

Rosa Lopes (ROC N.º 1029)

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de entidade: Sector Empresarial Local – SEL

Data de referência da prestação de contas: 31 de dezembro de 2018

Estado das contas individuais do exercício: aprovada a emissão das contas pelo Conselho de Administração em 21-03-2019. Foram aprovadas em reunião de Câmara no dia 18 de abril de 2019 e aprovadas em assembleia geral de 23 de abril de 2019.

Capital Social da entidade: 50.000,00 €

Participação detida pelo Município: 50.000,00 € / 100%

Método de consolidação aplicado: método integral.

Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, repartido por categorias:

Vinculo	2017	2018
Total de trabalhadores permanentes (CIT efetivos)	64	64
Total de trabalhadores temporários (CIT com termo)	16	14
Cedências de interesse público	3	2
Total	83	80

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: A empresa DESMOR foi incluída na consolidação de contas por força do n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais) e pela existência ou presunção de controlo, por parte do Município, relativamente à DESMOR, na detenção da totalidade do capital ou equivalente, nos termos do n.º 4 e n.º 5 do mesmo artigo e da mesma lei.

E.P.R.M- Escola Profissional de Rio Maior, Lda, EM

Av. Mário Soares

2040 Rio Maior

NIF: 504617656

1. Conselho de Gerência

João António Lopes Candoso

Adelino da Costa Bernardes

Carlos José Lopes de Abreu

2. Fiscal Único

Pão Alvo & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SROC, Lda, Representada pelo Dr. José Luis Simões Pão Alvo (ROC N.º 803)

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de entidade: Sector Empresarial Local – SEL

Data de referência da prestação de contas: 31 de dezembro de 2018

Estado das contas individuais do exercício: aprovada a emissão das contas pelo Conselho de Gerência em 25/03/2019. Foram aprovadas em reunião de Câmara no dia 18 de abril de 2019 e aprovadas em assembleia geral de 24 de abril de 2019.

Capital Social da entidade: 5.000,00 €

Participação detida pelo Município: 4.000,00 € / 80%

Método de consolidação aplicado: método integral.

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: A empresa E.P.R.M. foi incluída na consolidação de contas por força do n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais) e pela existência ou presunção de controlo, por parte do Município, relativamente à E.P.R.M, na detenção da maioria do capital ou equivalente, nos termos do n.º 4 e n.º 5 do mesmo artigo e da mesma lei.

Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, repartido por categorias:

Vinculo	2017	2018
Dirigentes	2	2
Pessoal Técnico	4	4
Administrativos	4	4
Auxiliares	5	5
Formadores a tempo inteiro	5	6
Formadores a tempo parcial	7	5
Total	27	26

4- CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO E EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

ETAR de Alcântara - Av. de Ceuta
1300-254 Lisboa
NIF: 514387130

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de entidade: Sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos (Sector Empresarial do Estado – SEE)

Data de referência da prestação de contas: 31 de dezembro de 2018

Estado das contas individuais do exercício: aprovada a emissão das contas pelo Conselho de Administração em 18/03/2019 e aprovadas em assembleia geral de 05/04/2019

Capital / participação detida: 0,16% / 183.768,00 €

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: A percentagem de participação tem um valor reduzido (0,16%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo.

Alguns dados acerca desta entidade com referência a 31/12/2018:

Capital social	113 527 680,00
Valor do capital próprio	117 230 061,00
Valor total do ativo	650 659 877,00
Valor total do passivo	533 429 816,00
Resultado do exercício	5 508 013,00
Nº de efetivos	363
Cumprimento da regra do equilíbrio financeiro	Sim

“Sendo esta uma entidade do Sector Empresarial do Estado, o endividamento não releva para o grupo municipal, facto reforçado pelo artigo 41, alínea nº 4, da Lei 50/2012.”

Águas do Vale do Tejo, S.A.

Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, nº 21, R/C
6300-906 GUARDA
NIF: 513606130

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística – SNC (IFRS)

Tipo de entidade: Societária

Forma jurídica – Empresa multimunicipal

Sector empresarial - Sector Empresarial do Estado (Capitais maioritariamente públicos)

Data de referência da prestação de contas: 31 de dezembro de 2018

Estado das contas individuais do exercício: aprovada a emissão das contas pelo Conselho de Administração em 21/02/2019 e aprovadas em assembleia geral de 03/04/2019

Capital / participação detida: 0,56% / 606.052,00 €

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: A percentagem de participação tem um valor reduzido (0,56%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo.

Alguns dados acerca desta entidade com referência a 31/12/2018:

Capital social	83 759 578,00
Valor do capital próprio	200 510 306,00
Valor total do ativo	1 056 107 660,00
Valor total do passivo	855 597 354,00
Resultado do exercício	5 943 127,00
Nº de efetivos	0
Cumprimento da regra do equilíbrio financeiro	sim

“Sendo esta uma entidade do Sector Empresarial do Estado, o endividamento não releva para o grupo municipal, facto reforçado pelo artigo 41, alínea nº 4, da Lei 50/2012.”

DEPOMOR – Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, S.A

Pavilhão Multiusos 1º Andar, Sala A,
Apartado 67,
2040-998 Rio Maior
NIF: 505700247

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de entidade: Sociedade anónima de capitais maioritariamente privados

Data de referência da prestação de contas: 31 de dezembro de 2018

Estado das contas individuais do exercício: aguardam aprovação pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral.

Capital / participação detida: 26,40% / 264.000,00 €

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: A percentagem de participação tem um valor reduzido (26,40%), não detendo a maioria do capital, nem detendo o poder de controlo, nos termos do n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais).

Alguns dados acerca desta entidade

Contas Consolidadas 2018

Capital social	1 000 000,00
Valor do capital próprio	394 352,16
Valor total do ativo	11 320 323,00
Valor total do passivo	10 925 970,84
Resultado do exercício	75 207,40
Nº de efetivos	3
Cumprimento da regra do equilíbrio financeiro	não

- A empresa Depomor, SA. apresenta em 2018 resultados antes de impostos negativos, no montante de (-75.207,40€), o que representa um desvio significativo face aos resultados antes de impostos inicialmente previstos no seu plano plurianual (165.348,89€). Face a esta situação, em conformidade com o previsto no artigo 40º da Lei 50/2012, o Município deverá ter previsto no seu orçamento anual (de 2018, ou alternativamente 2019) o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social, no montante de 19.854,75 € (-75.207,40 x 26,40%).

Dispõe ainda o citado artigo que “É obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargos dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa”.

Nestes termos irá o representante do Município apresentar à Assembleia Geral da empresa, uma proposta com vista ao cumprimento do art.º 40.º da Lei n.º 50/2012.

Caso a Assembleia Geral da empresa não votar favoravelmente a cobertura do desvio financeiro por parte do Município, vai este proceder à transferência do respetivo valor (19.854,75 €) para uma conta de operações de tesouraria, de forma a cativar esta verba, até que a Assembleia Geral da empresa delibere aceitar tal valor.

Entende o Município que este procedimento a dispensa de relevar nas suas contas, a sua quota-parte, no eventual endividamento (quer de Médio/longo prazo, quer líquido) que a entidade em causa tenha.

Em virtude da empresa Depomor, SA não ter disponibilizado as suas contas de 2018, aquando da elaboração das contas individuais do Município de 2018, não foi aplicado o método da

equivalência patrimonial. Só agora, e embora não entre no perímetro de consolidação, as contas consolidadas refletem os resultados da empresa, através do método da equivalência patrimonial.

5- COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas são comparáveis com as do ano anterior, dado que o perímetro de consolidação considerado foi o mesmo.

Por força da Lei 75/2013 de 3 de setembro, continua a estar incluída no perímetro de consolidação de contas do Município a empresa E.P.R.M - Escola Profissional de Rio Maior, Lda, EM.

6- SITUAÇÕES EM QUE O RESULTADO DO EXERCÍCIO FOI AFETADO:

Não foi possível, em tempo útil, converter as amortizações acumuladas e do exercício registadas pela DESMOR, EM, SA e pela EPRM, LDA, EM uma vez que estas registam as suas contas pelo SNC (Sistema de Normalização Contabilística), o qual tem taxas de amortização diferentes das praticadas pelo POCAL (CIIBE). Tendo em conta que, regra geral, as taxas do CIIBE são inferiores às praticadas em SNC, pode-se assumir que o resultado estará subvalorizado, nesta direta razão.

Contudo tendo em conta o montante que a DESMOR, EM, SA e a EPRM, LDA, EM, registaram custos com depreciações (o equivalente em SNC a amortizações), em 2018, o montante total de 68.645,01€ e 97.914,01€, respetivamente, é necessário ter presente que a conversão apenas reduziria uma parte deste valor, continuando uma parte significativa registada.

Pode-se assim assumir que a falta desta conversão (que também não foi efetuada em 2017), não distorce significativamente a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

7- SITUAÇÕES EM QUE OCORREU O AFASTAMENTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO:

Pelas razões expressas no ponto anterior não foi efetuada a conversão dos montantes de amortizações provenientes da DESMOR, EM, SA e da EPRM, LDA, EM. pelo que estes valores se encontram registados pelas formas de cálculo do SNC e não do POCAL, contudo tendo em conta os valores envolvidos, este afastamento não distorce significativamente a leitura das demonstrações financeiras.

8- ALTERAÇÕES OCORRIDAS, NO DECURSO DO EXERCÍCIO, NA COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Não existiu nenhuma alteração.

9- IDENTIFICAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DE TODOS OS MOVIMENTOS EXTRA CONTABILÍSTICOS EFETUADOS PARA EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO DE 2018:

9.1 – DESMOR, EM, SA

2018

1) Anulação da Participação Financeira na Desmor, EM, SA (detida a 100%):

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
51 Património	50 000,00	4112 Participações Financeiras	576 925,22
571 Reservas	10 000,00		
59 Resultados Transitados	514 990,41		
784 Rendim. Participação Capital	1 934,81		
Somatório	576 925,22	Somatório	576 925,22

2) Anulação do Contrato-programa 2018 (isento de Iva):

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
741 Subsídios à exploração	644 530,00	632 Subsídio Correntes concedidas	644 530,00
Somatório	644 530,00	Somatório	644 530,00

3) Anulação da utilização Pavilhão Multiusos para dinamização Centro Negócios para incubadora empresas e anulação Utilização Instalações Desportivas para Dinamização Programa de Desenvolvimento Desportivo (Iva taxa normal):

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
721 Prestações de serviços	141 117,39	62219 Rendas e alugueres	57 564,00
722 Prestações de serviços	72 080,44	62298 Outros fornecim. e serviços	204 669,32
50 Diferenças de consolidação	49 035,49	27395 Acréscimos de custos	0,00
Somatório	262 233,32	Somatório	262 233,32

4) Anulação da aquisição de serviços no âmbito do 27º Grande Prémio Internacional de Marcha Atlética (IVA à taxa normal):

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
721 Prestações de serviços	9 756,07	62298 Outros fornecim. e serviços	11 999,97
50 Diferenças de consolidação	2 243,90		
Somatório	11 999,97	Somatório	11 999,97

Contas Consolidadas 2018

5) Anulação da aquisição de vários serviços à Desmor (IVA à taxa normal):

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
721 Prestações de serviços	5 846,57	62219 Rendas e alugueres	2 268,50
50 Diferenças de consolidação	949,43	62298 Outros fornecimentos e serviços	4 527,50
Somatório	6 796,00	Somatório	6 796,00

6) Anulação de contas correntes entre as entidades:

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
228 Fornecedores	845,00	211 Clientes c/c	845,00
Somatório	845,00	Somatório	845,00

9.2 – E.P.R.M.-ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR, LDA, EM

2018

1) Anulação da Participação Financeira na E.P.R.M. (detida a 80%):

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
51 Património	4 000,00	4113 Participações Financeiras	571 512,19
571 Reservas legais	155 048,65		
574 Reservas livres	390 479,02		
784 Rendim. Particip. Capital	21 984,52		
Somatório	571 512,19	Somatório	571 512,19

2) Anulação do valor faturado da venda de água, saneamento, resíduos sólidos e tarifa disponibilidade à E.P.R.M. (IVA taxa reduzida):

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
2719 Acréscimos de proveitos	66,55	2739 Acréscimos de custos	65,99
711 Vendas	1 451,11	62213 Água	1 665,91
712 Prestações de serviços	1 309,58	651 Impostos e taxas	1 251,10
722 Impostos indiretos	59,73		
50 Diferenças de consolidação	96,03		
Somatório	2 983,00	Somatório	2 983,00

3) Anulação do valor faturado pelo reembolso da energia elétrica fornecida à E.P.R.M. (IVA taxa normal):

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
2719 Acréscimos de proveitos	1 196,29	2739 Acréscimos de custos	1 524,60
739 Outros proveitos suplementares	14 680,87	62211 Eletricidade	18 004,32
50 Diferenças de consolidação	3 651,76		
Somatório	19 528,92	Somatório	19 528,92

4) Anulação de contas correntes entre as entidades:

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
221 Fornecedores c/c	7 169,94	211 Clientes c/c	53,28
		213 Utentes c/c	68,79
		268 Outros devedores	7 047,87
Somatório	7 169,94	Somatório	7 169,94

5) Reconhecimento dos interesses minoritários (20%):

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
51 Património	1 000,00	59 Resultados Transitados	2 076,90
571 Reservas legais	500,00	266 Outros credores	142 878,05
574 Reservas livres	137 958,82		
887 Interesses minoritários	5 496,13		
Somatório	144 954,95	Somatório	144 954,95

9.3 – DEPOMOR, S.A.

2018

1) Transferência da quota-parte de resultados exercícios anteriores e lançamento da quota-parte do resultado do exercício de 2018:

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
4113 Participações Financeiras	17 567,06	4113 Participações Financeiras	37 421,81
682 Perdas em entidades particip.	19 854,75		
Somatório	37 421,81	Somatório	37 421,81

2) Reajustamentos de resultados transitados:

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
4113 Participações Financeiras	385,26	55 Ajustamentos partes de capital	385,26
Somatório	385,26	Somatório	385,26

10- DISCRIMINAÇÃO DA RUBRICA “DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO”

Esta rubrica foi utilizada, em 2018, como conta de compensação pelo IVA que foi liquidado pela Desmor, EM, SA, em alguns serviços faturados ao Município, em que o Município de Rio Maior registou o referido IVA, na sua totalidade, como custo, facto que advém da aplicação do método da afetação real no Município.

Também foi utilizada, como conta de compensação pelo Iva que foi liquidado pelo Município à EPRM, LDA, EM, em alguns serviços faturados à mesma entidade.

11- JUSTIFICAÇÃO DOS CASOS EXCECIONAIS EM QUE NÃO SE TENHA ADOTADO O PRINCÍPIO DA CONSISTÊNCIA NA CONSOLIDAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SEUS EFEITOS

Não ocorreram quaisquer casos destes.

12- DESCRIÇÃO DE ACONTECIMENTOS IMPORTANTES E/OU RELEVANTES RELACIONADOS COM AS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO ENTRE A DATA DO BALANÇO DESSA ENTIDADE E A DATA DO BALANÇO CONSOLIDADO

Não ocorreram quaisquer casos destes.

13- MÉTODOS DE CONTABILIZAÇÃO UTILIZADOS PELO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO RELATIVAMENTE À CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

As participações nas entidades incluídas no perímetro de consolidação estão contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Todas as demais participações estão registadas pelo método do custo histórico.

14- INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS E DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA

- Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art.º 75º, n.º7, alínea d) da Lei n.º 73/2013 – RFALEI), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Endividamento consolidado de médio e longo prazos

Código/designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos b)					Eliminação de créditos / dívidas	Grupo público consolidado
	Município de Rio Maior	Desmor, EM	EPRM, Lda, EM	-	TOTAL		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
2312 - Dívidas a Instituições de Crédito	7 033 269,63	0,00	0,00	0,00	7 033 269,63	0,00	7 033 269,63
268 - Outros Credores	25 084,75	0,00	0,00	0,00	25 084,75	0,00	25 084,75
Passivo não corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7 058 354,38	0,00	0,00	0,00	7 058 354,38	0,00	7 058 354,38

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros- médio e longo prazos.

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação.

- Descrição da dívida bruta consolidada:

Na alínea d) do ponto 7 do art.º75º da Lei nº:73/2013 de 03 de Setembro, refere:

"Anexos às demonstrações financeiras consolidadas, ..., incluindo os saldos e fluxos financeiros entre as entidades, e o mapa do endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza".

Entidades Relevantes	Total das dívidas a terceiros do balanço a 31.12.2018					DÍVIDA BRUTA	Eliminações de créditos/dívidas recíprocas			DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA
	MLP	CP	Operações não orçamentais							
			Cauções	Operações de Tesouraria	Total					
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)+(4)	(6)=(1)+(2)-(5)	Débito (-) (7)	Crédito (+) (8)	Nº Lanç	(9)=(6)+(7)-(8)
Município	7 058 354,38 €	918 202,00 €	35 803,77 €	141 781,81 €	177 585,58 €	7 798 970,80 €	845,00 €		Nº 6 do ponto 9.1	7 798 125,80 €
Desmor, EMI, SA	0,00 €	467 325,10 €			- €	467 325,10 €				467 325,10 €
EPRM, LDA, EMI	5 906,95 €	157 226,71 €			- €	163 133,66 €	7 169,94 €		Nº 4 do ponto 9.2	155 963,72 €
Total	7 064 261,33 €	1 542 753,81 €	35 803,77 €	141 781,81 €	177 585,58 €	8 429 429,56 €	8 014,94 €			8 421 414,62 €

15- INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS:

15.1- Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (art.º 75º, n.º7, alínea d) da Lei n.º 73/2013 – RFALEI) desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa:

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Tipo de fluxos	Município/Desmor, EM									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00				0,00	0,00				0,00
Subsídios	0,00	644 530,00	0,00	644 530,00	0,00	0,00				0,00
Empréstimos	0,00				0,00	0,00				0,00
Relações comerciais	167 423,19	281029,29	0,00	447 607,48	845,00	0,00				0,00
Participações do capital em numerário	0,00				0,00	0,00				0,00
Participações do capital em espécie	0,00				0,00	0,00				0,00
Outros	0,00				0,00	0,00				0,00
Total	167 423,19	925 559,29	0,00	1 092 137,48	845,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Tipo de fluxos	Município/EPRM, Lda. EM									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00				0,00	0,00				0,00
Subsídios	0,00					0,00				0,00
Empréstimos	0,00				0,00	0,00				0,00
Relações comerciais	0,00				0,00	182,86	22 511,92	0,00	15 524,84	7 169,94
Participações do capital em numerário	0,00				0,00	0,00				0,00
Participações do capital em espécie	0,00				0,00	0,00				0,00
Outros	0,00				0,00	0,00				0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182,86	22 511,92	0,00	15 524,84	7 169,94

16- CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS APLICADOS ÀS VÁRIAS RUBRICAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E OS MÉTODOS UTILIZADOS NO CÁLCULO DOS AJUSTAMENTOS DE VALOR

Os critérios utilizados foram os estabelecidos pelo POCAL.

As contas das entidades que utilizam o sistema contabilístico SNC (Sistema de Normalização Contabilística), foram devidamente adaptadas aos critérios POCAL.

Os critérios valorimétricos utilizados foram os seguintes:

IMOBILIZAÇÕES

IMOBILIZADO INCORPÓREO

O imobilizado incorpóreo adquirido no exercício de 2018 foi valorizado ao custo de aquisição.

IMOBILIZADO CORPÓREO / BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO

O imobilizado corpóreo adquirido no exercício de 2018 foi valorizado ao custo de aquisição, ou no caso das grandes reparações e beneficiações pelo seu custo real.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As participações financeiras na empresa **DESMOR – EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL DE GESTÃO DESPORTIVA DE RIO MAIOR, E.M., SA**, na **E.P.R.M. - ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR, EM, LDA.** e na **DEPOMOR, DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO DE R.M., SA** estão valorizadas pelo método da equivalência patrimonial. As restantes participações estão valorizadas ao custo histórico.

Importa referir que, para a aplicação do MEP da E.P.R.M. - ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR, EM, LDA. e da DESMOR – EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL DE GESTÃO DESPORTIVA DE RIO MAIOR, E.M., SA, foi abatido da situação líquida das entidades, tanto em 31/12/2017 como em 31/12/2018, o montante respeitante a Subsídios ao Investimento, na medida em que no SNC os subsídios ao investimento encontram-se registados numa rubrica do Capital Próprio, enquanto o POCAL prevê que os mesmos sejam registados no Passivo.

IMOBILIZADO EM CURSO

O imobilizado corpóreo, o imobilizado incorpóreo e os bens de domínio público em curso constantes do balanço de 2018 foram valorizados ao custo de aquisição e são transferidas para imobilizado no momento da sua receção provisória.

EXISTÊNCIAS

As existências adquiridas no exercício de 2018 foram valorizadas ao custo de aquisição. As saídas de armazém foram valorizadas ao custo médio ponderado.

DIVIDAS DE E A TERCEIROS

As dívidas de e a terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

DISPONIBILIDADES

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

AMORTIZAÇÕES

As amortizações dos bens móveis, das viaturas e dos bens imóveis seguiram o método das quotas constantes, no entanto, não foi possível em tempo útil, converter as amortizações acumuladas e do exercício registadas pela DESMOR, EM SA e pela EPRM, LDA, EM uma vez que estas registam as suas contas pelo SNC (Sistema de Normalização Contabilística), o qual tem taxas de amortização diferentes das praticadas pelo POCAL (CIIBE). Tendo em conta que, regra geral, as taxas do CIIBE são inferiores às praticadas em SNC, pode-se assumir que o resultado estará subvalorizado, nesta direta razão.

PROVISÕES

Depois de analisada a antiguidade de saldos existente nas contas de terceiros (Conta 21- Clientes, contribuintes e utentes) com referência à data de 31/12/2018, foram efetuados os necessários ajustes às provisões para cobrança duvidosa, nos termos do ponto 2.7.1 do POCAL, para as entidades abrangidas por este plano de contas.

CUSTOS E PROVEITOS

Foi seguido o princípio da especialização de exercícios, isto é, os custos e proveitos foram reconhecidos no exercício em análise, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

17- INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RÚBRICAS:

17.1 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões:

MAPA DO ATIVO BRUTO (IMOBILIZADO BRUTO) CONSOLIDADO

Ano: 2018

Rubricas	Saldo Inicial	Reav./ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Transferências	Doações e transferências de/para outras entidades	Abates	Saldo Final
De Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	100 951,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100 951,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	29 595 354,97	0,00	94 010,99	0,00	696 581,07	0,00	0,00	30 385 947,03
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	65 749,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65 749,29
Imobilizações em curso	292 352,50	0,00	704 236,53	0,00	-696 581,07	0,00	0,00	300 007,96
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	30 054 407,76	0,00	798 247,52	0,00	0,00	0,00	0,00	30 852 655,28
De Imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	240 716,68	0,00	34 540,69	0,00	0,00	0,00	0,00	275 257,37
Propriedade industrial e outros direitos	225 020,97	0,00	47 097,28	0,00	0,00	0,00	0,00	272 118,25
Imobilizações em curso	801 289,80	0,00	12 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	813 589,80
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 267 027,45	0,00	93 937,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1 360 965,42
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	20 161 196,08	0,00	96 700,85	0,00	0,00	0,00	-89 783,62	20 168 113,31
Edifícios e outras construções	57 337 957,51	0,00	460 557,81	0,00	558 872,51	0,00	0,00	58 357 387,83
Equipamento básico	6 342 132,48	0,00	494 623,59	0,00	0,00	0,00	-3 660,64	6 833 095,43
Equipamento de transporte	1 344 303,19	0,00	115 220,45	14 818,40	0,00	0,00	-16 335,00	1 428 370,24
Ferramentas e utensílios	28 787,60	0,00	8 640,96	0,00	0,00	0,00	-1 013,01	36 415,55
Equipamento administrativo	1 051 154,89	0,00	124 531,46	0,00	0,00	0,00	-1 772,73	1 173 913,62
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	227 827,79	0,00	239 036,96	0,00	0,00	0,00	0,00	466 864,75
Imobilizações em curso	319 479,83	0,00	510 918,28	0,00	-558 872,51	0,00	0,00	271 525,60
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	290 437,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290 437,21
	87 103 276,58	0,00	2 050 230,36	14 818,40	0,00	0,00	-112 565,00	89 026 123,54
De Investimentos Financeiros								
Partes de capital	838 536,36	-19 469,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	819 066,87
Obrigações e títulos de participação	702 374,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-250 848,95	451 525,50
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	2 312 266,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 312 266,57
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	5 741,96	0,00	1 998,41	0,00	0,00	0,00	0,00	7 740,37
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3 858 919,34	-19 469,49	1 998,41	0,00	0,00	0,00	-250 848,95	3 590 599,31

MAPA DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES CONSOLIDADO

Ano: 2018

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regulariz.	Saldo Final
De Bens de domínio público 485				
Terrenos e recursos naturais 4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios 4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas 4853	13 088 357,60	2 421 059,86	807 019,96	14 702 397,50
Bens do património histórico, artístico e cultural 4855	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público 4859	30 340,65	5 308,74	1769,58	33 879,81
	13 118 698,25	2 426 368,60	808 789,54	14 736 277,31
De Imobilizações incorpóreas 483				
Despesas de instalação 4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento 4832	233 181,79	14 390,44	1930,22	245 642,01
Propriedade industrial e outros direitos 4833	145 623,68	72 403,25	24 134,42	193 892,51
	378 805,47	86 793,69	26 064,64	439 534,52
De Imobilizações Corpóreas 482				
Terrenos e recursos naturais 4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções 4822	13 494 755,44	1563 019,45	464 079,59	14 593 695,30
Equipamento básico 4823	3 844 952,37	268 140,82	89 743,74	4 023 349,45
Equipamento de transporte 4824	814 075,91	118 993,29	70 212,00	862 857,20
Ferramentas e utensílios 4825	22 323,01	4 239,30	1815,62	24 746,69
Equipamento administrativo 4826	866 118,49	44 201,63	14 735,30	895 584,82
Taras e vasilhame 4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas 4829	135 157,72	13 318,30	3 416,10	145 059,92
	19 177 382,94	2 011 912,79	644 002,35	20 545 293,38
De Investimentos em imóveis 481				
Terrenos e recursos naturais 4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções: 4812				
Edifícios 48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções 48122	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros 49				
Partes de capital 491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação 492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras: 495				
	0,00	0,00	0,00	0,00



Contas Consolidadas 2018

17.2 - Demonstração de resultados financeiros consolidada:

Ano: 2018

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
681	Juros suportados	44 051,57	49 777,29	781	Juros obtidos	400,63	527,13
682	Perdas em entidades participadas	37 036,55	39 079,90	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	90 886,25	91 501,83
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	568,31
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
686	Descontos de pronto pagamento concedidos	0,10	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,01	12,30
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	9 735,80	10 909,41	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	1 345 756,65	1 367 906,61
Resultados Financeiros		1 346 219,52	1 360 749,58				
		1 437 043,54	1 460 516,18			1 437 043,54	1 460 516,18

17.3- Demonstração de resultados extraordinários consolidada:

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
691	Transferências de capital con	381 359,18	306 673,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	26,11	110,93	793	Ganhos em existências	4 223,19	25 123,40
694	Perdas em imobilizações	90 965,23	53 376,31	794	Ganhos em imobilizações	9 257,12	8 381,54
695	Multas e Penalidades	3 669,30	240,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	56 798,65	53 404,58
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	26 527,77	6 305,70
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	184 666,77	206 029,10	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	188 880,28	934 562,22
698	Outros custos e perdas extraordinárias	1 936,74	4 756,34	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 269 718,02	1 319 522,63
Resultados extraordinários		892 781,70	1 776 114,39				
		1 555 405,03	2 347 300,07			1 555 405,03	2 347 300,07

17.4 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com um quadro do seguinte tipo:

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas Consolidadas

Ano: 2018

Unidade: Euros

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	231 522,66	60 326,13	29 771,76	262 077,03
292 Provisões para Riscos e Encargos	520 741,13	0,00	0,00	520 741,13
39 Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49 Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	752 263,79	60 326,13	29 771,76	782 818,16

Rio Maior, 14 de junho de 2019

[Handwritten signatures and text on lined paper]